

**T.E.G.E.C – EMPRESA MUNICIPAL DE
GESTÃO DE EQUIP. CUL. LAZER, E.E.M.
ANEXO DO EXERCÍCIO DE 2011**

ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 Designação da Entidade:

T.E.G.E.C. - Trancoso Eventos Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, E.E.M

1.2 Sede:

Rua Calouste Gulbenkian, n.º 10, freguesia de Santa Maria e concelho de Trancoso.

1.3 Natureza da actividade:

Promoção, apoio e desenvolvimento de actividades de carácter cultural, social, educativo, desportivo, recreativo, comercial, turístico e de protecção ambiental no Município de Trancoso, através, entre outras formas, da concepção, construção, gestão, manutenção, exploração e dinamização de equipamentos e infra-estruturas municipais, designadamente museus, mercados municipais e escolas. Em complemento das actividades previstas anteriormente, poderá exercer directamente ou em colaboração com terceiros, actividades acessórias ou subsidiárias do seu objecto principal ou relativas a outros ramos de actividade conexas, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do objecto e que tenham em vista a melhor utilização dos recursos disponíveis.

1.4 Designação da empresa-mãe:

Não existe empresa mãe, mas a TEGEC – Trancoso Eventos, EEM é detida em 100% pelo Município de Trancoso.

1.5 Natureza da actividade:

A TEGEC – Trancoso Eventos EEM encontra-se abrangida pelo regime jurídico do sector empresarial local.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, tendo sido adoptadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adoptaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital em outras empresas) encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

d) Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

e) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

f) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

g) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria colectável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

h) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo que no caso das outras contas a receber do passivo não corrente o seu cálculo é impraticável.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

i) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	Saldo em 31-12-2011	Saldo em 31-12-2010
Caixa	1 798,04	865,6
Depósitos à Ordem	25 732,47	37 921,48
Total de depósitos bancários	27.530,51	38.787,08

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método directo (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detectados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedem a qualquer correcção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2011, de acordo com a NCRF 4.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho dos activos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Rubricas	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Edifícios e outras construções	75.042,61 €	5.252,98 €	69.789,63 €	75.042,61 €	1.500,85 €	73.541,76 €
Total	75.042,61 €	5.252,98 €	69.789,63 €			
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	96.622,50 €		96.622,50 €	96.622,50 €		96.622,50 €
Edifícios e outras construções	318.872,44 €	25.556,24 €	293.316,20 €	318.872,44 €	14.693,61 €	304.178,83 €
Equipamento básico	62.637,11 €	42.158,71 €	20.478,40 €	80.836,06 €	39.274,75 €	41.561,31 €
Equipamento de transporte	24.327,31 €	24.327,31 €	0,00 €	24.327,31 €	24.327,31 €	0,00 €
Equipamento administrativo	60.872,27 €	49.246,89 €	11.625,38 €	60.872,27 €	45.714,60 €	15.157,67 €
Outros activos fixos tangíveis	40.537,94 €	28.070,30 €	12.467,64 €	40.537,94 €	23.302,64 €	17.235,30 €
Investimentos em Curso						
Total	603.869,57 €	169.359,45 €	434.510,12 €	622.068,52 €	147.312,91 €	474.755,61 €

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2010	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2011
Terrenos e recursos naturais	96.622,50 €							96.622,50 €
Edifícios e outras construções	304.178,83 €				10.862,63 €			293.316,20 €
Equipamento básico	41.561,31 €			18.198,95 €	6.523,76 €		3.639,80 €	20.478,40 €
Equipamento de transporte	0,00 €							0,00 €
Equipamento administrativo	15.157,67 €				3.532,29 €			11.625,38 €
Equipamentos biológicos	0,00 €							0,00 €
Outros activos fixos tangíveis	17.235,30 €				4.767,66 €			12.467,64 €
Activos fixos detidos para venda								0,00 €
Investimentos em curso								0,00 €
Total	474.755,61 €	0,00 €	0,00 €	18.198,95 €	25.686,34 €	0,00 €	3.639,80 €	434.510,12 €

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários de mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

7.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto e variação de produção durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, detalham-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Mat. Primas, subs. Consumo
Inventários iniciais	5.875,94	327,96
Compras		7.910,34
Reg. de Inventários		
Inventários finais	5.852,37	271,31
Custo do Período	23,57	7.966,99

7.4 Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Não foram efectuados quaisquer ajustamentos de inventários decorrentes do reconhecimento de perdas por imparidades, em virtude dos seus valores de aquisição e de produção serem inferiores aos respectivos valores realizáveis líquidos.

8. RÉDITO

8.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela sociedade. O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transacção foi reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010	Varição
Venda de mercadorias	9.567,36	13.707,28	-914,53
Prestação de serviços	169.282,02	132.942,39	-33.892,74
Rend. Suplementares	10.819,52	50.000,00	50.000,00
Total	189.668,90	146.649,67	15.192,73

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

10.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo encontram-se relevados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações efectuadas, em cada período económico.

No presente exercício recebeu-se 1.000.000€ relativo ao subsídio à exploração atribuído pelo Município de Trancoso de acordo com o contrato de programa estabelecido.

A partir de 2011, a TEGEC – Trancoso Eventos, EEM passou também a gerir e a explorar, através de contratos de cessão de exploração três equipamentos, Central de Camionagem, Centro Cultural de Vila Franca das Naves e Campo da Feira, pagando o valor das respectivas rendas à Paceteg, entidade promotora na construção destes investimentos. O Município de Trancoso transferiu a respectiva compensação financeira correspondente ao valor das rendas e que no exercício de 2011 se cifraram em 873.448€.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

11.1. Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

- Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;
- Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe e os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram são os seguintes:

Rubricas	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2011	2010	2011	2010
Reclassificação de Activo Fixo Intangível	712,69	712,69	4.225,20	6.136,48
Total dos saldos do Balanço	712,69	712,69	4.225,20	6.136,48

Rubricas	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2011	2010	2011	2010
Operações a crédito na demonstração de resultados				
Reclassificação de Activo Fixo Intangível	142,54	142,54	1.800,68	1.800,68
Total do imposto diferido	142,54	142,54	1.800,68	1.800,68

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Políticas contabilísticas:**

12.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de activos e passivos financeiros:

12.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria.

12.2.1 Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Activos e passivos correntes

Rubricas	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	11.414,83 €	0,00 €	11.414,83 €	6.150,75 €	0,00 €	6.150,75 €
Adiantamentos a Fornecedores		0,00 €	0,00 €	36,14 €	0,00 €	36,14 €
Outras contas a receber	1.760,82 €	0,00 €	1.760,82 €	26.027,83 €	0,00 €	26.027,83 €
Total do activo	13.175,65 €	0,00 €	13.175,65 €	32.214,72 €	0,00 €	32.214,72 €
Passivos						
Fornecedores	124.009,78 €	0,00 €	124.009,78 €	133.133,48 €	0,00 €	133.133,48 €
Outras contas a pagar	421.644,36 €	0,00 €	421.644,36 €	227.474,78 €	0,00 €	227.474,78 €
Total do Passivo	572.005,44 €	0,00 €	572.005,44 €	425.037,70 €	0,00 €	425.037,70 €

12.2.2 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Contas correntes caucionadas	199.500,00 €	0,00 €	199.500,00 €	199.500,00 €		199.500,00 €
Total	199.500,00 €	0,00 €	199.500,00 €	199.500,00 €	0,00 €	199.500,00 €

12.2.3 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubrica	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Participações de capital noutras empresas						
Paceteg, SA	3.628,31 €	0,00 €	3.628,31 €	16.224,17 €	0,00 €	16.224,17 €
Total	3.628,31 €	0,00 €	3.628,31 €	16.224,17 €	0,00 €	16.224,17 €

Paceteg, SA	31-12-2011	31-12-2010
Capital Social	100.000,00 €	100.000,00 €
Resultados Transitados	-67.120,21 €	-70.846,87 €
Outras Variações Capital Próprio	692,31 €	
Resultado Líquido do Período	-26.167,36 €	3.957,43 €
Total Capital Próprio	7.404,74 €	33.110,56 €
MEP	12.822,01 €	1.939,14 €
Ajustamentos	-226,15 €	-1.696,73 €
Total Invest. Financeiros Paceteg	3.628,31 €	16.224,17 €

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas:**12.2.4 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.**

Rubricas	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Activos financeiros						
Total do activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		8.936,04 €	-8.936,04 €		5.167,55 €	-5.167,55 €
Total do Passivo	0,00 €	8.936,04 €	-8.936,04 €	0,00 €	5.167,55 €	-5.167,55 €

12.2.5 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo:

Instrumentos de capital próprio

Rubrica	31-12-2011	31-12-2010
Capital Próprio		
Capital social realizado	607.794,17	607.794,17
Reservas Legais	3.738,14	3.738,14
Resultados Transitados	-572.419,76	-467.995,56
Outras Variações no Capital Próprio	7.701,25	22.768,90
Ajustamentos em Activos Financeiros	-1.470,58	-1.696,73
Resultado Líquido do Período	-84.475,97	-106.123,14
Total	(39.132,75)	58.485,78

Instrumentos de capital próprio:**12.3. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.**

O capital social no montante de 607.794,17 euros encontra-se integralmente realizado.

12.4. Reconciliação, para cada classe de acções, entre o número de acções em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transacções com acções próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de acções).

O número de acções em circulação no início e final do período não sofreu qualquer alteração.

13. Partes Relacionadas

Relativamente às quantias dos saldos pendentes de partes relacionadas, no quadro seguinte estão evidenciados os fluxos financeiros referentes ao exercício de 2011:

PARTE RELACIONADA	PERIODO N		PERIODO N-1	
	SALDO	REVERSÕES	SALDO	REVERSÕES
OUTROS DEVEDORES E CREDITORES				
Paceteg, SA	-160.390,16	0,00	0,00	-60.000,00
Município de Trancoso	0,00	0,00	-35.000,00	0,00
Paceteg, SA	0,00	-29.789,39	29.789,39	0,00
ACCIONISTAS				
Paceteg, SA	0,00	0,00	0,00	21.500,00
TOTAIS	-160.390,16	-29.789,39	-5.210,61	-38.500,00

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos Órgãos Sociais	16.800,00	16.800,00
Remunerações do Pessoal	689.901,83	675.941,71
Benefícios Pós Emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	159.216,69	151.325,32
Seguros de acidentes de trabalho	7.149,39	7.004,11
Gastos de acção social	81.400,54	83.462,02
Outros gastos com o Pessoal	2.510,00	1.600,00
Total	956.978,45	936.133,16

O número médio de funcionários durante o período foi de 71.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

Em Dezembro foi feita uma previsão para 2012 de gastos com o pessoal relativos ao subsídio de férias e respectivos encargos de 2010, que no final do ano ainda não tinham sido regularizados.

No final do ano 2011, estava em dívida aos funcionários o subsídio de Natal que totalizava 35.584,90€.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES**15.1 – Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	8.370,00 €		8.370,00 €	7.276,00 €		7.276,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	179.186,01 €					
Total do activo	187.556,01 €	0,00 €	8.370,00 €	7.276,00 €	0,00 €	7.276,00 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	459,68 €					0,00 €
Retenção de impostos s/rendimento	820,00 €		820,00 €	1.042,42 €		1.042,42 €
Imposto sobre o valor acrescentado			0,00 €	1.107,62 €		1.107,62 €
Contribuições p/Segurança Social	29.858,45 €		29.858,45 €	17.234,74 €		17.234,74 €
Outras Tributações			0,00 €	5.202,71 €		5.202,71 €
Total do passivo	31.138,13 €	0,00 €	30.678,45 €	24.587,49 €	0,00 €	24.587,49 €

15.2 – Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e consumíveis a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2011, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

15.3 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

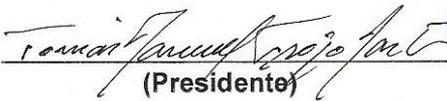
Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Outros gastos e perdas		
Impostos	44.918,04	46.633,96
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Correções relativas a períodos anteriores		1.678,86
Quotizações		
Perdas em investimentos não financeiros		
Multas e penalidades		
Insuficiência de estimativa para impostos		975,05
Outros não especificados	5.126,42	205,94
Total	50.044,46	49.493,81
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Rendimentos Suplementares	10.819,52	
Correções relativas a períodos anteriores		3.705,06
Ganhos em investimentos não financeiros		
Imputação de subsídios ao investimento	12.004,50	12.004,50
Outros não especificados	54.629,69	56.866,06
Total	77.453,71	72.575,62

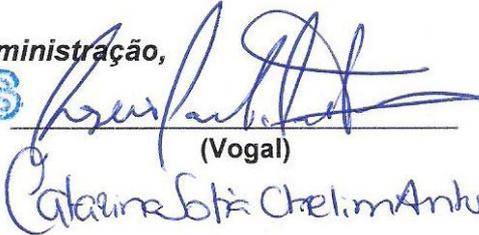
Trancoso, 15 de Março de 2012

O Técnico Oficial de Contas,


Daniel Augusto Esteves

O Conselho de Administração,


(Presidente)


(Vogal)